



É preciso interpretar a regeneração da Amazônia, aponta estudo do Climate Policy Initiative/ PUC-Rio

Segundo a análise, vegetação secundária precisa ser incorporada às políticas públicas do Brasil

O Climate Policy Initiative/ Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-Rio (CPI/ PUC-Rio) lança, através do [projeto INPUT](#), um estudo que alerta para a necessidade de interpretar o crescimento da regeneração que ocorre em terras desmatadas na Amazônia brasileira – conhecida como vegetação secundária. A análise é um primeiro passo para auxiliar formuladores de políticas públicas a se atentarem para a regeneração florestal, a fim de promover uma política eficaz de conservação e de uso da terra.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), quase um quarto da área desmatada na Amazônia brasileira até 2014 continha indício de regeneração, totalizando 17 milhões de hectares de vegetação secundária. Apesar disso, a regeneração permaneceu invisível por muito tempo. Um dos motivos é uma característica dos atuais sistemas brasileiros de monitoramento e quantificação de desmatamento, que foram desenhados para detectar apenas vegetação primária.

Segundo o estudo do CPI/ PUC-Rio, ainda não é claro o que está por trás desse crescimento. Pouco se sabe se as políticas públicas inibiram ou provocaram a regeneração em áreas desmatadas e não há evidências que permitam concluir se a expansão da vegetação secundária resultou do combate ao desmatamento na Amazônia. Entretanto, sabe-se que houve aumento na extensão da cobertura vegetal em áreas desmatadas sem que houvesse esforços de políticas específicas nessa direção.

“Nosso estudo nos leva a uma conclusão clara: a vegetação secundária precisa ser incorporada às políticas de conservação da Amazônia”, alerta Juliano Assunção, diretor executivo do CPI no Brasil e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio. “A falta de conhecimento sobre o aumento da vegetação secundária na Amazônia impõe a necessidade de mais pesquisa sobre o assunto. É preciso interpretar os dados com análises e métodos rigorosos para que seja possível entender o que provocou esse crescimento”.

Os pesquisadores do CPI/ PUC-Rio recomendam quatro prioridades de análise para uma melhor compreensão da natureza e da dinâmica da vegetação secundária. Primeiro, é preciso **determinar o impacto das políticas de desmatamento** sobre a regeneração florestal. Segundo, cabe **entender se o aumento da regeneração representa ineficiências no padrão de uso da terra** na Amazônia. Terceiro, é importante **avaliar de que forma a regeneração florestal se integra ao novo Código Florestal**. Finalmente, **vale identificar como a regeneração florestal afeta as metas brasileiras de redução de emissões**.

Acesse o estudo: <https://goo.gl/FuQo3i>

Sobre o Climate Policy Initiative

Com sede em São Francisco, o Climate Policy Initiative (CPI) tem como objetivo ajudar o crescimento dos países em questões que envolvem escassez de recursos naturais associados às mudanças climáticas. No Brasil, está vinculado ao Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-Rio (NAPC/PUC-Rio). A organização é formada por analistas e consultores que trabalham para melhorar as políticas de energia e uso de terra, com foco em finanças. O CPI está presente em locais onde a política tem um grande impacto nessas questões, como Europa, Brasil, China, Índia, Indonésia e Estados Unidos. <http://climatepolicyinitiative.org/>

Sobre o INPUT (Iniciativa para o Uso da Terra)

O INPUT resulta de uma parceria do CPI com a Agroicone. O projeto é formado por um grupo de especialistas com o objetivo de conciliar a produção de alimentos com a proteção ambiental. Reunindo atores centrais dos setores público e privado, o INPUT mapeia os desafios para uma melhor gestão de recursos naturais e mobiliza agentes das cadeias produtivas para promover a regularização perante o Código Florestal. <http://www.inputbrasil.org/>

Comunicação

Mariana Campos

mariana.campos@cpirio.org

(21) 3527-2520 / 97299-3553